

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo.**

1.2. A prestação do serviço médico-veterinário deverá compreender a castração, internação, nos casos em que se afigure necessária (itens 02 e 03), a implantação e fornecimento de microchip, bem como leitor de microchip compatível com o dispositivo implantado nos animais, este em regime de comodato, pelo período que perdurar a contratação, além de todos os demais insumos, equipamentos e medicamentos necessários à adequada e satisfatória execução do serviço.

1.3. A contratação dos serviços ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata de Registro terá vigência de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.4	Requisitante:	Subsecretaria do Bem Estar Animal (SSUBEA) vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS)
1.5	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Decreto Federal nº 10024/19 c/c Decreto Federal nº 7892/2013
1.6	Período:	12 (doze) meses
1.7	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93

2. DO SERVIÇO

2.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços médico-veterinários de castração, com implantação de microchip e internação, nos casos em que se afigure necessária (itens 02 e 03), em clínica veterinária especializada, sediada no Município de Nova Friburgo. A contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata de Registro terá vigência de 12 (doze) meses.

2.2. A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável, de ambos os sexos,	Unitário	2100



	independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados nos limites do território do Município de Nova Friburgo.		
02	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 02 (dois) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, <u>machos e errantes</u> , independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo, que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.	Unitário	150
03	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 07 (sete) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, <u>fêmeas e errantes</u> , independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo, que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.	Unitário	150

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEMMADUS, por meio da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA, dentre outras atribuições, tem como objetivos promover o controle da população de animais domésticos, cães e gatos, e atuar no combate ao abandono desses animais no território do Município de Nova Friburgo.

A Lei Municipal nº 4.637/2018, - Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, no capítulo destinado à Política de Proteção Animal, dispõe no artigo 358, §1º, inciso I, acerca da necessidade de “*censo, cadastro e controle populacional, inclusive castração*”. Por sua vez, o artigo 35, da Lei Municipal 4443/2016, estabelece a esterilização cirúrgica, coordenada e promovida pelo Poder Público Municipal, como meio para controle populacional de animais domésticos.

A castração consiste na realização de um procedimento cirúrgico em cães e gatos, para impedir que se reproduzam sem controle, aumentando a população destes animais.

O controle populacional de cães e gatos por meio de esterilização cirúrgica permanente, determinado pela Lei Federal nº 13.426/2017, é considerado uma forma de proteção dessas populações, uma vez que, auxilia na redução de superpopulação e do risco de abandono,

promovendo a saúde e o bem-estar animal.

Tem-se que o alto potencial de reprodução e de mobilidade de cães e gatos ocasiona rapidamente o aumento de suas populações nas ruas dos centros urbanos e que a superpopulação e o abandono fomentam inúmeros problemas tanto ao bem-estar e à saúde dos munícipes, quanto dos animais em tela. Ainda, considerando o elevado quantitativo de animais errantes e de tutores de baixa renda no município, se afigura necessário o estabelecimento de ações em caráter emergencial de controle de natalidade por meio de esterilização cirúrgica, como a presente.

Há no Município de Nova Friburgo uma unidade móvel (castra móvel), destinada ao controle de zoonoses, adquirida por meio do processo licitatório nº 11228/19, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde. Contudo, a unidade móvel não é dotada de estrutura física para o atendimento de animais de todos os portes. Além disso, foi adquirida com recursos financeiros destinados pelo Ministério da Saúde para implementação do controle de zoonoses, sendo parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), o que impede sua utilização para fins de controle populacional.

Com efeito, conforme portaria MS/SAS nº758 de 26 de agosto de 2014, às ações, atividades e estratégias de controle de população de que se trata o inciso VI do art. 3º da MS/GM 1138/2014, quando para animais domésticos deve respeitar, principalmente, o controle de zoonoses e em casos específicos. Conforme a legislação pertinente ao Sistema Único de Saúde e com a Lei Complementar 141/2012, os recursos do setor público de saúde no Brasil não podem ser aplicados em outras políticas públicas.

Torna-se inviável, portanto, a utilização da unidade móvel para a castração com intuito de controle populacional de animais domésticos, cães e gatos, uma vez que, o equipamento está sob responsabilidade exclusiva da Vigilância em Saúde – Zoonoses.

Apesar disso, a castração cirúrgica é o meio prioritário para controle da população de cães e gatos, tendo em vista que permite a diminuição da entrada de novos animais na população já existente, principalmente, aqueles não domiciliados.

Cumprе ressaltar que, no âmbito municipal, foi publicado o Decreto nº 1644, de 16 de agosto de 2022, com a finalidade de regulamentar a previsão do artigo 358, §2º, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, no qual ficaram estabelecidos os critérios de prioridade para castração de cães e gatos, de modo que os animais encaminhados para castração serão aqueles previamente cadastrados na SSUBEA e elegíveis, conforme previsto no artigo 1º, do referido Decreto.

Nesse contexto, no ano de 2022, a SEMMADUS, deflagrou processo licitatório, autuado sob o nº 12129/2021, para contratação de clínica veterinária especializada para a execução do serviço de castração de animais domésticos, cães e gatos, no âmbito municipal. O referido certame foi homologado sob o sistema de registro de preços, sendo registrado o preço por

mês, para o máximo de 12 (doze) meses de serviços, sendo que em cada mês requisitado poderiam ser realizadas até 100 (cem) castrações: 90 (noventa) de animais domésticos tutelados e 10 (dez) de animais errantes.

A experiência adquirida a partir da licitação anterior trouxe à evidência a necessidade de manter e aprimorar a contratação nos seguintes aspectos:

Observou-se a necessidade de aumento do quantitativo estimado, uma vez que, mesmo diante do esgotamento do saldo registrado, com a realização do total de 1200 (mil e duzentas) castrações possíveis no certame anterior, ainda há no Município um número significativo de cães e gatos que necessitam de castração.

Na rotina de trabalho da SSUBEA, a partir dos atendimentos realizados diariamente, tem sido possível constatar que, apesar do número de animais já castrados, o serviço de castração ainda é alvo de intensa procura de munícipes que têm sob sua tutela cães e gatos. Também, convém destacar a constante ocorrência de denúncias relacionadas ao abandono de animais, o que contribui, significativamente, para o aumento da população de animais errantes, principalmente, filhotes.

Ou seja, o aumento do quantitativo de esterilizações tem por finalidade a realização de mais procedimentos cirúrgicos no período de 12 (doze) meses, conduzindo a maior eficiência na ação municipal para controle da população de cães e gatos, principalmente em razão do já mencionado potencial reprodutivo destes animais.

Verificou-se, também, a necessidade de inclusão do serviço de microchipagem dos animais que serão castrados. **Isto porque, por meio da implantação de microchip (dispositivo minúsculo, colocado sob a pele do animal) é possível realizar o cadastramento e posterior identificação de todos os dados pessoais que identificam o tutor e seu endereço.**

O objetivo é coibir o abandono de animais domésticos, cães e gatos, por seus tutores, já que permite a identificação e responsabilização, bem como cooperar para a diminuição de animais errantes.

Em se tratando de animais errantes, a realização conjunta dos serviços de castração e microchipagem permitirá ao Município maior controle sobre o número de animais presentes nas ruas, à medida em que, novos indivíduos abandonados serão identificados com mais facilidade.

Justifica-se, portanto, a elaboração de certame licitatório destinado à contratação de clínica especializada para realização do procedimento cirúrgico de castração, com a implantação de microchip e internação, nos casos em que se afigure necessária (itens 02 e 03), em cães e gatos, de ambos os sexos, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos, para controle da população de animais domésticos, principalmente, daqueles não domiciliados, bem como para coibir o abandono dos animais tutelados.

3.2. Ressalta-se, a princípio, que não é possível precisar o quantitativo de cães e gatos em território municipal que precisam ser castrados. O número de animais é variável devido ao ingresso de novos indivíduos na população já existente. Dessa forma, a melhor solução para atender à demanda municipal, sem gerar prejuízo ao Erário Público é a opção pelo Sistema de Registro de Preços, pois, se tratando de uma contratação futura e eventual.

A ata de registro de preços deverá ter validade de 12 (doze) meses, com o quantitativo estimado de 2400 (duas mil e quatrocentas) castrações com implantação de microchip.

O Município apresenta grande quantidade de cães e gatos férteis e a castração destes animais é a melhor solução para diminuir a reposição de indivíduos, bem como para evitar abandonos.

O valor estimado levou em conta o número de castrações já realizadas no período de 01 (um) ano através do processo licitatório anterior, em trâmite sob o nº 12123/2021, conjuntamente com os 3500 (três mil e quinhentos) procedimentos cirúrgicos executados por meio do Projeto Estadual de Castração - RJPET.

Além disso é justificável o aumento do estimativo em relação ao contrato anterior, já que ainda há demanda reprimida de, aproximadamente, 800 (oitocentos) animais, conforme listagem em anexo.

Salienta-se que a licitante vencedora será contratada por meio do Sistema de Registro de Preços, podendo, ou não, ser requisitada a totalidade estimada, não havendo assim dano ao Erário.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

Obs: As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58º da Lei 11.101/2005);

Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.2. A participante deverá ter clínica estruturada com capacidade para atendimento dos procedimentos. Os serviços de castração com implantação de microchip deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção dos tutores e dos animais a partir da integração

promovida pela Rodoviária Urbana Municipal;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.4. A licitante estará obrigada, como disciplina a legislação vigente, a possuir médico veterinário Responsável Técnico pelos procedimentos que deverá atender ao disposto na Resolução CRMV-RJ nº 60 de 11 de janeiro de 2021, bem como possuir licenças sanitária e ambiental válidas;

4.5. A licitante vencedora deverá seguir as normas vigentes de segurança, engenharia e medicina do trabalho, sanitárias e ambientais;

4.6. A contratada deverá manter em sua clínica um plano de controle de animais sinantrópicos, além de outro de gerenciamento de resíduos, contemplando as etapas de segregação, armazenamento, coleta, tratamento e disposição.

4.7. A licitante deverá apresentar relatório de conformidade emitido pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde para realização do serviços;

4.8. A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, comprovando a aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando sua experiência na realização de castrações em massa para projetos de controle populacional, com o mínimo de 480 (quatrocentas e oitenta) esterilizações realizadas, correspondente à 20% do quantitativo total estimado neste Termo de Referência.

4.8.1 Os atestados deverão referir-se a fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, contendo nome do contratado e do contratante, identificação e quantidades do objeto fornecido e local do fornecimento.

4.9 Declaração formal de disponibilidades de equipamentos, pessoal técnico (com indicação do responsável técnico) e instalações físicas, para realização dos procedimentos objetos desta licitação;

4.10 Atender, no que couber, ao disposto nos artigos 27 a 33, da Lei nº 8.666/1993;

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho,



conforme especificado a seguir:

5.1	Elemento de Despesa:	33.90.39.00
5.2	Fonte de Recurso:	00
5.3	Programa de Trabalho:	14005.1854200292.076

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo.

6.2. A execução dos procedimentos cirúrgicos de castração com microchipagem deverá ocorrer de segunda à sábado, no período compreendido entre os horários de 08:00 às 17:00, salvo na hipótese de modificação com prévia concordância de ambas as partes.

6.3. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados por profissional(is) médico(s) veterinário(s) devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente.

6.3.1. O estabelecimento médico-veterinário contratado deverá realizar avaliação pré-cirúrgica através de exame clínico ou outros procedimentos que se mostrarem necessários, para avaliação preliminar dos animais a serem submetidos ao processo de esterilização cirúrgica;

6.4. É necessário que o licitado tenha em sua posse os seguintes produtos ou similares:

VAPORIZADOR ISO CALIBRADO, DL330 Doppler, DL740 – ANESTESIA INALATÓRIA COM VENTILAÇÃO COM PEDESTAL – VET, FOCO CIRÚRGICO BICOLOR DE 12 LEDS, DL1000 – MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 9 PARÂMETROS TOUCH VET

Além de, no mínimo, material básico de fluidos, medicamentos trans e pós-operatório, porta agulha, pinças hemostáticas curvas, pinças hemostáticas retas, pinças Backaus, tesoura cirúrgica romba-fina, pinça anatômica dente de rato, pinça anatômica sem dente, gancho de castração(Snook), cabo de bisturi, lâmina descartável, aparelho para tosa, lâminas para tricotomia, garrotes, focinheiras, autoclave, aventais cirúrgicos, pares de luvas estéreis, cuba de antisepsia, campo cirúrgico grande (1,20x1,20m), campo cirúrgico pequeno (1,20x1,0m), compressas cirúrgicas, pacote de gaze estéril, lâminas de bisturi (uso único), tapetes higiênicos (que podem ser substituídos por SMS), álcool 70, almotolia, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água-oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, sabonete líquido, esparadrapo rolo, algodão hidrófilo, equipo macrogotas, cateter, soro, seringas, agulhas, bem como todos os equipamentos, insumos e medicamentos necessários para a realização satisfatória e segura do procedimento cirúrgico.

6.4.1. Os instrumentais a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos deverão estar devidamente esterilizados e disponíveis no centro cirúrgico em quantidade suficiente para atender ao quantitativo de animais submetidos e agendados para a realização do procedimento de castração com implantação de microchip.

6.4.2. Todos os materiais e medicamentos utilizados deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com indicação de uso aos procedimentos realizados;

6.4.3. Para realização dos procedimentos cirúrgicos deverão ser empregadas, preferencialmente, anestésias inalatórias, caso seja considerada a utilização de anestésicos gerais ou dissociativos, deverão ser utilizados, obrigatoriamente, analgésicos opióides.

6.4.4. As técnicas de antissepsia do animal, do cirurgião e auxiliar, quando necessário, higienização do ambiente e esterilização dos materiais devem ser respeitadas.

6.4.5. Todas as pessoas que estiverem participando do ato cirúrgico devem estar devidamente paramentadas (gorro, máscara, pijama e avental cirúrgico). Os campos cirúrgicos devem estar previamente esterilizados e serem de uso individual (um campo cirúrgico por animal).

6.4.6. A licitante vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos, tais como: pré-anestésicos, anestésicos, material de enfermagem, fios de sutura, oxigênio para equipamentos de anestesia inalatória, medicamentos para pré e pós-operatório e todos os demais insumos que se fizerem necessários aos procedimentos.

6.4.7. Todos os atos médicos-veterinários devem ser executados exclusivamente por médico-veterinário legalmente habilitado, conforme o previsto na Lei nº 5.517/1968 e demais disposições regulamentares;

6.4.8. Os procedimentos de castração e implantação de microchip devem ocorrer em ambiente fechado, restrito, de tamanho compatível com o número e fluxo de animais a serem atendidos por fase do procedimento;

6.4.9. As instalações devem respeitar os fluxos de área limpa e não limpa e impedir o cruzamento de materiais sujos e limpos;

6.4.10. As salas designadas como centro cirúrgico deverão ser estruturadas de forma que permita completa higienização prévia, compatíveis com o rigor da assepsia cirúrgica e, posterior, minimizando riscos de disseminação de doenças ou contaminação ambiental, especialmente no que tange à saúde pública;

6.4.11. Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e uso individual, para cada procedimento cirúrgico. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS, sempre estéreis.

6.4.12. Todos os fármacos administrados, assim como o peso e a identificação do animal (no caso de identificação eletrônica) devem ser registrados nos prontuários e afixados nas gaiolas individuais;

6.4.13. Os integrantes das equipes de trabalho deverão estar devidamente identificados, uniformizados e utilizar, quando necessário, equipamentos de proteção individual;

6.4.14. São obrigatórios os seguintes procedimentos: anamnese e exame clínico prévios, à elaboração de prontuário individual e a formalização das autorizações;

6.4.15. Todos os envolvidos com os procedimentos cirúrgicos e auxiliares que permanecerem dentro do ambiente cirúrgico devem usar gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico;

6.4.16. Os cirurgiões e auxiliares de cirurgia devem usar avental cirúrgico e luvas cirúrgicas, ambos estéreis, para cada procedimento cirúrgico.

6.4.17. Os panos de campo cirúrgico de tecido ou não tecido (TNT – tecido não tecido ou SMS - spundbond meltblown spundbond) utilizados na área cirúrgica devem ser esterilizados e de uso exclusivo por animal e por procedimento;

6.4.18. Deve-se respeitar as técnicas de antissepsia nos animais e equipe cirúrgica, bem como utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e de uso individual, para cada procedimento cirúrgico;

6.4.19. É obrigatório o uso de analgesia no trans e pós-operatório.

6.4.20. A equipe de trabalho deve estar preparada para os procedimentos de emergência e dispor de equipamentos, materiais e fármacos básicos para o suporte da vida dos animais;

6.4.21. Os animais devem ficar sob a assistência médico-veterinária durante o período de pós-operatório imediato (até sua liberação para o responsável);

6.5. A contratada deverá liberar os animais para seus responsáveis, somente após estes estarem com seus reflexos protetores restabelecidos e com tônus cervical. No caso de animais em estado de rua, a licitada deverá liberá-los somente após a medicação e o tempo necessário de recuperação, que entende-se ser de 07 (sete) dias para fêmeas e 02 (dois) dias para machos;

6.5.1. Deverá ser garantida pela contratada a assistência do pós-operatório dos animais, até seu pronto restabelecimento do procedimento cirúrgico e anestésico.

6.5.2. No ato da entrega do animal aos seus responsáveis estes devem receber da contratada, por escrito, recomendações sobre a acomodação e alojamento dos animais no período de recuperação e restabelecimento cirúrgico, orientações e cuidados de enfermagem para evitar a deiscências de suturas e da contaminação da ferida cirúrgica além de receita prescrevendo antibióticos ou outros fármacos que se fizerem necessários que ficaram sob o encargo do tutor.

6.5.3. As informações do responsável pelo animal (nome, CPF/CNPJ, endereço), dados de identificação (nome, procedência, espécie e sexo) e condições do animal atendido deverão ser registradas e disponibilizadas ao Município e aos órgãos fiscalizadores;

6.5.4. Antes do procedimento cirúrgico, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014). Além disso, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Responsabilidade, no qual constarão as recomendações a serem seguidas após a cirurgia. Ambos os termos devem ser assinados pelo tutor e pelo médico-veterinário;

6.5.5. Compete, exclusivamente, aos médicos-veterinários autorizar a liberação do animal para acompanhamento do tutor/responsável;

6.5.6. O médico-veterinário deverá garantir assistência ao animal durante o pós-operatório imediato, em torno de 1(uma) a 2(duas) horas;

6.5.7. O médico-veterinário deverá prescrever medicamentos de pós-operatório (antiinflamatório e analgésico), garantindo um pós-operatório sem dor ou desconforto. É indispensável orientar ao tutor/responsável sobre o uso da roupa cirúrgica ou colar elizabetano para proteção da ferida cirúrgica, evitando qualquer interferência por parte do animal;

6.5.8. O animal será liberado apenas após o completo retorno anestésico, após exame dos parâmetros vitais, da ferida cirúrgica e pleno restabelecimento dos reflexos protetores, normalização das suas atividades como consciência, manter-se em estação e deambular;

6.5.9. O tutor/responsável deve ser orientado sobre a retirada dos pontos cutâneos;

6.6. Deve ser feita a classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade de acordo com a legislação federal, estadual e/ou municipal vigente. O local deve passar por limpeza prévia e posterior;

6.7. Para o procedimento de Microchipagem que ocorrerá durante a castração, deverá a empresa respeitar tais **CARACTERÍSTICAS DO MICROCHIP- PODENDO SER SUBSTITUÍDO POR SUPERIOR**, mediante avaliação técnica prévia e justificada pelo servidor designado para a exercer a atribuição de fiscal.

Diâmetro: 1.25 m m

Comprimento: 7.0 m m

Material: Bio Glass 8625

Revestido por uma substância antimigratória chamada Parylene Peso: 9 m g

Frequência: 134,2 KHZ, tecnologia FDX-B

Cumprecom as normas ISO 11784, ISO 11785 e a ISO 14223

6.7.1. A licitante vencedora deverá fornecer, para a prestação satisfatória do serviço, todos os equipamentos, instrumentais e insumos necessários para implantação do microchip, inclusive, leitor de microchip, em regime de comodato e compatível com o dispositivo implantado nos animais castrados, pelo período que perdurar a contratação.

6.8. No final de cada mês deverá ser entregue à contratante os dados cadastrais do microchip bem como a ficha e prontuário da castração.

6.9. É de responsabilidade do estabelecimento médico-veterinário contratado elaborar relatórios periódicos (mensais) dos procedimentos realizados com a indicação do número de procedimentos realizados no período, identificação dos animais submetidos aos procedimentos realizados no período, de acordo com o cadastramento fornecido pela SUBBEA.

6.10. A contratada deverá disponibilizar telefone de contato para orientações relativas ao período pós-operatório para que a SSUBEA entre em contato para marcar retorno quando houver complicações cirúrgicas.

6.11. Toda manutenção deverá ser realizada em conformidade com os órgãos reguladores e fiscalizadores (ANVISA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INMETRO, IPEN etc) ou ainda conforme orientação do MINISTÉRIO DA SAÚDE, com a emissão do respectivo certificado quando for necessário.

6.12. Para a execução dos serviços o estabelecimento médico-veterinário contratado deverá dispor de estrutura física adequada em conformidade com a legislação específica em vigor; documentos que comprovem a regularidade para o exercício da atividade de estabelecimento médico veterinário junto aos setores competentes da municipalidade (alvará e licença de funcionamento e licença sanitária), certificado de registro junto ao Conselho de Classe com anotação de responsabilidade técnica; quadro de pessoal composto por profissionais

capacitados para executar todas as etapas dos procedimentos e em quantidade suficiente;

7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados na sede do estabelecimento médico-veterinário ganhador do processo licitatório, que deverá estar situado no Município de Nova Friburgo.

8. DA LIQUIDAÇÃO

A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS;
- Art. Válida do responsável pelos procedimentos;
- Ficha apresentando as prestações dos serviços licitados, bem como o número do microchip com os dados cadastrados;

9.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as obrigações preestabelecidas;

10.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

10.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.7. Promover os agendamentos das cirurgias, sob o encargo da SSUBEA, nos dias e horários estabelecidos em acordo com a CONTRATADA;

10.8. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1. Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.2. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.3. Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

11.4. Manter a prestação dos serviços, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

11.5. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.6. Dispor de um médico veterinário para supervisão do projeto. Este médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária. Esta exigência se adequa à necessidade da SSUBEA, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

11.7. Arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

11.8. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

11.9. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo, qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da CONTRATANTE, não deva continuar a participar da execução dos serviços;

- 11.10. Fornecer e manter todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços.
- 11.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.
- 11.12. Comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a SSUBEA, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à CONTRATANTE, garantindo o acesso dos profissionais a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- 11.14. Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;
- 11.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;
- 11.16. Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;
- 11.17. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 11.18. Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;
- 11.19. Responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos decorrentes do contrato decorrente do presente Termo de Referência
- 11.20. A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços. A equipe deverá conter no mínimo:

01 veterinário
01 auxiliar veterinário

Cabe lembrar que o veterinário, obrigatoriamente, deverá ser devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CFMV e com experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

11.21. Fornecer à SSUBEA os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da SUBBEA;

11.22. Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

11.23. Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços;

11.24. Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.25. Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.26. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, através da SUBSECRETARIA DO BEM ESTAR ANIMAL.

11.27. A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda a cautela e boa técnica e restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, estes serão indicados na assinatura do contrato.

O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.2. Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.5. Advertência;

16.6. Multa:

16.6.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.6.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

16.6.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.6.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.9. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.10. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.11. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;

18.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, por meio da SSUBEA.

18.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços. A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção da Subsecretaria do Bem Estar Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Nova Friburgo/RJ, 05 de janeiro de 2023.

GESTOR:	RESPONSÁVEL TÉCNICO E FISCAL DO PROCESSO:
_____	_____
Elisângela A.F. Rodrigues 62905	Luiz Fernando Bonin Freitas 299264
GESTOR SUBSTITUTO:	FISCAL DO PROCESSO SUBSTITUTO:
_____	_____
_____	_____

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Andréa Duque Estrada Ribeiro Azevedo
Matrícula: 062893

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de
Desenvolvimento Urbano Sustentável